

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANTONIA IRLANDIA PONSIANO DA SILVA

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À
PRESERVAÇÃO DA SERRA DE GUARAMIRANGA:
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM FOCO**

REDENÇÃO - CE

2023

ANTONIA IRLANDIA PONSIANO DA SILVA

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À
PRESERVAÇÃO DA SERRA DE GUARAMIRANGA:
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM FOCO**

Trabalho de conclusão do curso de
graduação em Bacharelado em
Administração pública na Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira.

REDENÇÃO

2023

RESUMO

Políticas públicas voltadas à preservação da serra de Guaramiranga: Degradação ambiental em foco.

Ao longo dos anos vemos as transformações em todas as áreas que nos cercam, o crescimento populacional a construção de grandes indústrias, o crescimento de cidades. Na natureza não é diferente, vemos que em pleno século XXI, ainda não tratamos o meio ambiente como nosso bem principal, ainda deixamos que seus recursos sejam explorados ao máximo e não percebemos que um dia isso pode acabar e as consequências que isso pode trazer. Utilizamos nossos recursos e não pensamos os males que causamos a biodiversidade. No que se refere questão ambiental da Serra de Guaramiranga, podemos dizer que existe a necessidade de uma política de gestão ambiental. Um município com uma biodiversidade tão particular em pleno Ceará que historicamente é conhecido por seca, fome, e caatinga, não pode ser explorada como forma de enriquecimento para poucos com muito poder aquisitivo. A não aplicação de políticas públicas envolvendo ecossistemas da serra como Guaramiranga se torna fator de grande preocupação com grandes implicações para a preservação e conservação das espécies locais. Infelizmente, não se tem constatado grandes avanços em termos de garantir a sustentabilidade desses ecossistemas. Isso se deve, principalmente, a fatores de ordem social, política, e cultural, que inviabilizam mudanças eficazes nas formas de apropriação e ocupação do ambiente e espaço. O presente trabalho busca indicar políticas públicas que viriam a tentar sanar uma cultura de exploração ambiental já enraizada ao longo do tempo, através de pesquisa bibliográfica, e observação local, com uso de imagens demonstrar o impacto causado pela degradação ambiental ao longo dos anos, tentar mostrar porque isso ocorre e como diminuir essa situação, alguns resultados positivos já podem ser vistos no município em relação à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, a sociedade civil está mais atuante, denunciando se ocorrem ações irregulares, existe uma consciência ambiental de que se não for cuidada ela vai acabar, e com isso todo um ciclo é desfeito já que por ser um local turístico devido ao clima o desenvolvimento econômico depende disso também.

Palavras-chave: Transformações; políticas públicas; desenvolvimento e preservação.

ABSTRACT

Public policies aimed at the preservation of the Guaramiranga mountain range: Environmental degradation in focus.

Over the years we see the transformations in all the areas that surround us, population growth the construction of large industries, the growth of cities. In nature is not different, we see that in the XXI century, we still do not treat the environment as our main asset, we still let its resources be exploited to the maximum and we do not realize that one day it may end and the consequences that this can bring. We use our resources and do not think about the evils we cause to biodiversity. Regarding the environmental issue of the Sierra de Guaramiranga, we can say that there is a need for an environmental management policy. A municipality with such a particular biodiversity in Ceará that historically is known for drought, famine, and caatinga, can not be exploited as a way of enrichment for the few with much purchasing power. The non-application of public policies involving mountain ecosystems such as Guaramiranga becomes a major concern factor with great implications for the preservation and conservation of local species. Unfortunately, no major progress has been made in terms of ensuring the sustainability of these ecosystems. This is due mainly to social, political, and cultural factors that make effective changes in the forms of appropriation and occupation of the environment and space impossible. The present work seeks to indicate public policies that would try to heal a culture of environmental exploration already rooted over time, through bibliographical research, and local observation, using images demonstrate the impact caused by environmental degradation over the years, try show why this occurs and how to reduce this situation, some positive results can already be seen in the municipality in relation to sustainability and socio-environmental responsibility, civil society is more active, denouncing if irregular actions occur, there is an environmental awareness that if not cared for it will end, and with that a whole cycle is undone since for being a tourist place due to the climate the economic development depends on that too.

Keywords: Transformations; public policy; development and preservation.

Sumário

1. Introdução	6
1.1 Objetivo.....	7
2 Procedimentos Metodológicos	7
2.1 Referencial teórico;.....	8
3 Conceitos Ambientais.....	8
3.1 Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade.....	8
3.2 Degradação ambiental	8
4 Problemáticas ambientais na região;	9
4.1 Políticas públicas	11
4.1.1 Políticas ambientais brasileiras e preservação ambiental	11
5 O poder público, as leis e sua efetivação.....	12
5.1 O papel do gestor	14
5.2 Discussões históricas;	15
6. O estudo de caso: a degradação ambiental em Guaramiranga; apresentação e análise dos resultados	16
7. Conclusão	19
8. Bibliografia.....	21
9. Anexos	23

1. Introdução

A preocupação com as questões ambientais vem se expandindo nos últimos anos, isso vem da necessidade do ser humano de organizar as suas atividades produtivas de forma a evitar ou minimizar os diversos impactos ambientais causados no meio ambiente, temos que acentuar que as áreas que deveriam ser de proteção não estão livres da degradação e da ação do homem que aliás é um dos grandes causadores do desequilíbrio ambiental.

No contexto histórico tais desequilíbrios começam **em decorrer das mudanças comportamentais humanas**, mesmo com as crescentes discussões acerca do tema, ainda não foi encontrada uma abordagem que aplaque a atividade humana sobre os recursos naturais, e nesse aspecto Camargo (2002 p.16) pontua que:

O desenvolvimento sustentável é hoje um tema indispensável nas discussões sobre políticas de desenvolvimento que visam sinalizar uma alternativa às teorias e modelos tradicionais de desenvolvimento, desgastados numa série infinita de frustrações. Contudo, existem em nossa sociedade contemporânea grandes entraves a um desenvolvimento sustentável em âmbito global, que necessitam ser assumidos e enfrentados pela sociedade humana.

Ou seja, a discussão existe, mas a ação é lenta e não abrange pontos estratégicos. Na serra de Guaramiranga, fatores como ocupação irregular, caça e captura de animais silvestres, desmatamento e especulação imobiliária são os principais agentes causadores do desequilíbrio nessa área que, aliado ao turismo em massa, traz prejuízos incalculáveis tanto para o meio ambiente como para a população que começa a sentir os primeiros impactos de décadas de total descaso com o ambiente. Silva (2003) ao iniciar o prefácio de sua obra introduz sobre a importância dos fatores ecológicos-ambientais no meio social, destacando o cuidado que se deve ter com o meio ambiente dado o risco que a humanidade correria, caso o meio ambiente venha a sofrer grandes alterações em sua forma.

É imprescindível que saibamos que existe uma crise socioambiental que se agrava no Município, as mudanças são sentidas e não há movimentação, seja ela política ou social, para uma transformação real em busca de encontrar o equilíbrio entre as políticas de desenvolvimento social e minimização dos efeitos danosos já existentes, o

clima frio se torna cada vez mais distante, o espaço fica cada vez mais devastado e o que era referência outrora está se tornando apenas uma lembrança de um outro período.

1.1 Objetivo

Objetivo geral:

- Identificar os principais problemas decorridos da degradação ambiental na serra de Guaramiranga.

Objetivos específicos:

- Analisar os principais fatores que causam a degradação ambiental;
- Desvendar quais meios para sanar os impactos causados pela degradação ambiental na atualidade;

2 Procedimentos Metodológicos

A metodologia consistiu no levantamento de dados, usando pesquisas bibliográficas pautadas em leis, regulamentos e teóricos; observando e identificando *in loco* as mudanças ocorridas nesses últimos anos, tanto visualmente como climaticamente, com características descritivas, fazendo uso de imagens e leis a fim de comprovar e reforçar os dados levantados no decorrer da pesquisa.

O trabalho **será** desenvolvido com base no Decreto Estadual N° 20.956 de 18 de setembro de 1990 que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité (APA). Na pesquisa é abordado e discutido a atual situação de preservação do meio ambiente e mais delimitadamente a APA em Guaramiranga bem como os impactos que o município vem sofrendo mediante as alterações climáticas impulsionadas pelo turismo em massa; especulação imobiliária; desmatamento e caça predatória.

Sobre essas alterações climáticas Pagliuca (2009, p.12) afirma que

Distúrbios do meio ambiente ocorrem em virtude da falta de políticas públicas de planejamento do uso do solo e dos bens ambientais, assim como escassos investimentos em saneamento vêm acarretando problemas de ordem socioambiental nas cidades.

O mesmo autor destaca a cidade de Guaramiranga como uma das cidades instaladas em zonas de proteção ambiental e que, por isso o seu desenvolvimento deve ser pautado com base nas leis que regulamentam a preservação e proteção das áreas ambientais.

Na pesquisa utilizo de imagens, cujo objetivo é demonstrar dentro de alguns períodos as alterações na formação da paisagem na região comparando os índices de desmatamento dentro do prazo acima mencionado. Posteriormente serão levantadas soluções que minimizem os impactos das alterações ambientais na serra de Guaramiranga, soluções essas que se pautaram dentro do conhecimento legislativo trabalhado no município.

2.1 Referencial teórico

As principais questões teóricas deste trabalho são: meio ambiente, sustentabilidade, políticas públicas, degradação ambiental e participação social, em que busco fundamentar e explicar a participação de cada tema no desenvolver do trabalho.

3 Conceitos Ambientais

3.1 Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade

Meio ambiente pode ser definido como o ambiente em que os seres estão inseridos, englobando suas condições ambientais, biológicas, físicas e químicas, assim quando falamos de recursos naturais, estamos se referindo ao meio ambiente, pois tudo que utilizamos diariamente depende direta ou indiretamente dele. A nossa principal premissa deveria ser preservar o meio ambiente, visando sustentabilidade, desenvolvimento e continuidade da vida como conhecemos.

3.2 Degradação ambiental

A degradação ambiental pode ser definida como a “alteração adversa das características do meio ambiente”, de acordo com o artigo 3, inciso II da lei n 6.938 de 1981 que dispõe sobre a política nacional do Meio Ambiente (PNMA). Apesar de ser abrangente, esse conceito explicita que a degradação ambiental possui um caráter de adversidade, e pode ser caracterizada como dano ambiental ou impacto ambiental negativa.

4 Problemáticas ambientais na região

No Estado do Ceará, predominantemente de clima semiárido conta com 58 áreas de proteção ambiental: das quais 20 são estaduais, 11 federais, 13 municipais e 14 particulares, abrigando uma diversa variedade de fauna e flora, proporcionando um clima ameno e tropical úmido em plena Caatinga.

No maciço de Baturité está localizada uma APA (Área de proteção ambiental) que se estende entre os municípios de Pacoti e Guaramiranga, abrange uma área de 32.690 hectares e está localizada na porção Nordeste do Estado, na tabela a seguir

TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA APA	
MUNICÍPIO	% dos municípios inseridos na APA
ARATUBA	56,70%
BATURITÉ	6,99%
CAPISTRANO	0,60%
CARIDADE	0,06%
GUARAMIRANGA	93,43%
MULUNGU	79,89%
PACOTI	56,20%
PALMÁCIA	0,76%
REDENÇÃO	0,93%

vemos o percentual dos municípios inseridos na APA em relação a território.

Fonte: Semace, 2013

APA refere-se à conservação de processos naturais e da biodiversidade através da orientação, do desenvolvimento e da adequação das várias atividades humanas às características ambientais da área, é responsável, ainda, por apresenta um dos mais importantes enclaves da mata úmida do Estado do Ceará, representando um ambiente de exceção do bioma caatinga, três sistemas fluviais têm suas nascentes na área serrana, sendo o mais importante o que é formado pelo rio Pacoti. A APA é uma extensa área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais.

Como unidade de conservação da categoria uso sustentável, a APA permite a ocupação humana. Estas unidades existem para conciliar a ordenada ocupação humana

da área e o uso sustentável dos seus recursos naturais. A ideia do desenvolvimento sustentável direciona toda e qualquer atividade a ser realizada na área. Podendo ainda ser estabelecidas em áreas de domínio público ou privadas, pela União, Estados ou municípios, sem a necessidade de desapropriação das terras privadas.

No entanto, as atividades e usos desenvolvidos nestas áreas estão sujeitos a regras específicas de cada região. As condições para a realização de pesquisas científicas e a visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, enquanto nas propriedades privadas, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

A unidade deve dispor de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração – o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), se for APA federal ou órgão ambiental estadual, se for APA Estadual ou municipal – e constituído por representantes dos órgãos públicos de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em seu regulamento.

Ainda que a APA tenha a função de preservar as áreas de mata úmida bem como sua biodiversidade as alterações climáticas e modificações ambientais decorridas na área em análise vem demonstrando que sua aplicação não vem demonstrando eficácia. De um modo geral, Pagliuca (2009, p. 12) aponta as problemáticas que afetam o ecossistema ao destacar que os “distúrbios do meio ambiente ocorrem em virtude da falta de políticas públicas de planejamento do uso do solo e dos bens ambientais, assim como escassos investimentos em saneamento vêm acarretando problemas de ordem socioambiental nas cidades”, e a cidade de Guaramiranga não é uma exceção a esses problemas.

Apesar de haver leis que regulamentam as áreas de proteção ambiental bem como sua preservação mediante a convivência urbana, há que se destacar as problemáticas que o sistema vem enfrentando e que está, conseqüentemente, ocasionando na degradação e redução dessa área.

Fatores como: A caça e captura de animais silvestres; desmatamentos e queimadas; o uso de agrotóxicos; destinação inadequada dos resíduos sólidos; poluição hídrica; falta de saneamento básico; especulação imobiliária; turismo em massa; modelo

agrário inadequado; falta de alternativas sustentáveis de renda para a população; distribuição de mudas de espécies nativas destinadas para reflorestamento, as mudas não são plantadas, são elementos que fomentam as problemáticas do sistema e que acarretam consequências econômicas, sociais e ambientais tanto em um contexto local quanto global. Buscamos encontrar políticas públicas que possam efetivar as fiscalizações e a consequente preservação da área compreendida pela APA e serra de Guaramiranga.

4.1 Políticas públicas

O termo política pública possui várias definições que privilegiam aspectos diversificados como ações e não ações, processo decisório, atores políticos, planejamento. Dentre estas definições, Vianna Junior apud Vallejo, 2003, p.16 entende política pública como: [...] uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Esta definição, agregando diferentes ações governamentais introduz a ideia de planejamento, de ações coordenadas.

Política pública também pode ser entendida como ações que buscam assegurar o direito a cidadania, com participação social, que hoje já deveria ser imprescindível para toda tomada de decisão em relação a fatos que possam vir a alterar ou ferir seu meio ou seu direito.

4.1.1 Políticas ambientais brasileiras e preservação ambiental

De acordo com a periodização proposta por Monosowski (1989), é possível distinguir quatro abordagens estratégicas básicas de políticas ambientais brasileiras até o ano de 1988: a administração dos recursos naturais, o controle da poluição industrial, o planejamento territorial e a gestão integrada de recursos. Essa categorização privilegia os objetivos principais de cada etapa associados à evolução histórica, pois, segundo o autor, o critério meramente cronológico não abordaria a característica principal de “permanência” até a atualidade de muitas das estratégias adotadas.

As políticas públicas são ferramentas de gestão para ações de responsabilidade socioambiental, o que é um avanço ao incentivo à preservação de áreas verdes, que ligado com a implantação de educação ambiental para a população, mudaria drasticamente a relação do homem com a natureza.

5 O poder público, as leis e sua efetivação

A Lei 6.938/81 é conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que reconhece juridicamente o meio ambiente como um direito próprio e autônomo e terminou com as preocupações pontuais, centradas em problemas específicos inerentes às questões ambientais de vizinhança, propriedade, ocupação do solo, utilização dos recursos minerais e apropriação das florestas. A partir desse momento, iniciou-se no Brasil uma Política Nacional do Meio Ambiente que estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para a proteção ambiental, dentro desse parâmetro outras Leis foram criadas, na esfera, Federal, Estadual e Municipal para se adequar a realidade de cada região, como por exemplo as assinaladas abaixo:

- Originalmente criado pela Lei 6902/1981, as áreas de proteção ambiental são hoje reguladas pela Lei 9.985/00, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
- Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- Lei Federal nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica; Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.985/00;
- Lei estadual nº 12.521, de 15 de dezembro de 1995, que regulamenta o parcelamento urbano no estado do Ceará;
- Lei Estadual nº 13.688, de 24 de novembro de 2005, que estabelece diretrizes, vedações e procedimentos para o licenciamento de edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer na Área de Preservação Ambiental da Serra de Baturité;
- Lei Estadual nº 13.874, de 18 de janeiro de 2007, que altera a Lei Estadual nº13.688/05;
- Decreto Estadual nº 20.956, de 18 de setembro de 1990, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité;
- Decreto Estadual nº 27.290, de 15 de dezembro de 2003, que altera o Decreto Estadual nº 20.956/90;

- Decreto Estadual nº 27.216, de 17 de outubro de 2003, que dispõe sobre a criação do Conselho Gestor da APA da Serra de Baturité;
- Resolução COEMA nº 10, de 27 de março de 2008, que estabelece detalhamento sobre a construção de condomínios de qualquer natureza e edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer na Área de Preservação Ambiental da Serra de Baturité;
- Zoneamento ambiental da APA da Serra de Baturité: Diagnóstico e diretrizes;

Hoje o Município de Guaramiranga foi contemplado com a criação através da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará- SEMA, de um santuário de preservação para aves ameaçadas de extinção. No mesmo local um Centro de Apoio do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPMA). Buscando efetivar e minar os principais pontos de desmatamento, caça ilícita e degradação ambiental com uma fiscalização mais atuante na região. Vale ressaltar que a criação de Leis não quer dizer que as mesmas sejam cumpridas, o estado ainda se omite muito quando se trata de crescimento econômico vs preservação ambiental, sua criação é um começo, mas sem os meios nada poderá ser feito para que se cumpra.

Segundo Carlo (2006), “A especificidade das políticas ambientais traz alguns agravantes, pois os interesses locais, muitas vezes –, apontam no sentido da promoção do crescimento econômico imediato e repudiam o cumprimento da legislação ambiental”. Levando a alguns riscos no processo de descentralização de políticas públicas: captura do poder local por grupos que se beneficiam de práticas predatórias; corrupção de políticos e funcionários públicos; e exercício do poder oligárquico pelas elites locais, com prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Já LEME (2010), diz que “Nesse sentido, é preciso otimizar a aplicação dos potenciais e administrar os limites, o que parece ser uma maneira racional para melhorar o desempenho da implementação da Política Nacional de Meio Ambiente. Ou seja, buscar meios e definir metas para ações definitivas, apresentam-se algumas propostas que devem contribuir nesse processo:

- Aprimoramento e fortalecimento dos espaços de diálogos e articulações interfederativas;
- Definição conjunta das competências municipais, levando em conta múltiplos critérios;

- Criação de espaços de diálogo, comunicação e cooperação técnica entre os gestores;
- Fortalecimento e articulação regional de forma consorciada;
- Ação consorciada para pequenos municípios;
- Integração das ações com base no território;
- Capacitação de gestores e conselheiros de meio ambiente;
- Ações específicas em locais com maiores pressões sobre os recursos naturais;
- Inspiração em outras políticas públicas;
- Mecanismos financeiros sistêmicos.

5.1 O papel do gestor

Muito se fala sobre qual papel o gestor municipal deveria ter em relação às ações ambientais no município, no geral o gestor municipal deve vir como principal aliado na busca na preservação dentro do município, levando-se em consideração que a serra de Guaramiranga tem como principal fonte econômica o turismo, que se dá principalmente por estar localizada, a 1.050 metros acima do nível do mar, e ser considerada uma das cidades cearenses com clima frio.

Com esse pensamento deveria desenvolver políticas criadas para a manutenção do sistema ecológico e ambiental que já existe ali, agregando o fator turismo como principal fonte de renda dentro do município, pensando na valorização tanto da população como na preservação, para que não chegue um dia que não se possa contar com os fatores ambientais que trazem tantos benefícios àquele local.

Criação de leis mais incisivas para controle do desmatamento desenfreado, e das construções que apenas visam o lucro, e criação de espaços ecológicos que agregariam mais valor ao lugar e as pessoas.

Infelizmente não se vê hoje em dia uma ação em relação a isso, ideias apenas ficam no papel e a natureza é negligenciada pela troca monetária. A população não faz sua parte e não cobra o mínimo, parece não entender que em longo prazo isso vai se tornar pior, parece fechar os olhos, para o aumento da temperatura, o desaparecimento e extinção da fauna e da flora nativas, e aceitam o pouco que lhes é oferecido nos finais de semanas badalados por turistas, que não vivenciam o dia a dia do munícipe.

5.2 Discussões históricas

A questão ambiental vem sendo discutida desde os primórdios da humanidade, estudiosos sempre apontaram a questão ambiente como fator determinante de um desequilíbrio para as futuras gerações, mas o que efetivamente foi feito em décadas? O que todas as cúpulas mundiais vêm buscando com grandes encontros? Para tratarmos disso temos que fazer uma análise dos principais fatores que contribuíram ao longo da história para a atual conjuntura ambiente *versus* desenvolvimento.

O desenvolvimento da agricultura, juntamente com a expansão territorial foram os primeiros fatos a contribuírem para o desmatamento, seguindo da revolução industrial que foi um marco dependente de energias não-renováveis. Barbieri (2004) observa que o aumento da escala produtiva tem sido um importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais, elevando a quantidade de resíduos gerados. O autor ainda destaca que, a partir da Revolução Industrial, surge uma diversidade de substâncias e materiais que não existiam na natureza. A maneira como a produção e o consumo estão sendo conduzidos desde então exige recursos e gera resíduos, ambos em quantidades vultosas, que estão ameaçando a capacidade de suporte do próprio planeta. Entende-se dessa forma que esse foi o primeiro grande evento que levou ao extremo que temos hoje, a perda do capital natural e escassez dos recursos, o ganho material e econômico se sobressaiu ao interesse social da preservação.

Com todo o impacto que veio depois as discussões se tornaram mais incisivas em buscar um meio de equilíbrio para sanar o problema que havia desencadeado pela não preocupação do uso contínuo desses recursos limitados. Os países se unem nessa busca, em 1972 ocorreu a primeira conferência mundial sobre o homem e o meio ambiente em Estocolmo, na Suécia. O encontro marca a primeira vez na qual se debateu em âmbito global questões como o tamanho da população do mundo, a poluição atmosférica e o uso de recursos naturais. Nela 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais abordaram temas como a chuva ácida e o controle da poluição do ar.

Após um período de 20 anos, ocorreu a segunda conferência sobre o tema em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, no Rio de Janeiro. O encontro buscava conciliar

desenvolvimento social e econômico com a conservação e proteção do ambiente. O principal resultado foi a chamada agenda 21, um programa de ações para o desenvolvimento sustentável para o século 21 assinado por 179 países.

O quarto encontro mundial da ONU sobre meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20 tem a missão de definir os rumos do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas em temas como segurança alimentar, economia verde, acesso à água, uso de energia, além de dar continuidade à agenda ambiental iniciada na Eco-92 há exatos 20 anos. Traz consigo anos de discussões e acordos que não chegaram a fazer grande diferença quando se trata de trazer suas aprovações para os lugares mais afetados pela degradação ambiental, funciona quando se trata de mundo e seus principais interesses como por exemplo a Floresta Amazônica, quando se trata de áreas que deveriam ser de preservação, acordos são negligenciados, leis descumpridas e o interesse econômico continua se sobressaindo ao bem estar social. Cabe uma reflexão, o que poderia ser feito para que as leis comecem a ser cumpridas? A população sempre se calará diante do poder aquisitivo de alguns?

Alguns objetivos estão sendo traçados para que no futuro possa-se ter respostas aos questionamentos feitos, e para que também possa analisar se os já traçados anteriormente tiveram êxito em suas metas. Em 2015 os representantes dos estados-membros da ONU adotaram o documento: “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” trata-se de um plano de ação com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, “são objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro”. Deve-se lembrar que garantir a sustentabilidade ambiental é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), é que todas essas ações buscam alcançar mais esse objetivo quando se refere à sustentabilidade e construção do futuro que se quer.

6. O estudo de caso: a degradação ambiental em Guaramiranga; apresentação e análise dos resultados

Na serra de Guaramiranga, podemos afirmar que existe a necessidade de estudos cada vez mais práticos no que tange à gestão ambiental e a fiscalização quanto as leis, os zoneamentos ambientais deveriam passar a fazer parte dos procedimentos de licenciamentos ambientais, ou seja, é necessário que a Secretaria de Meio Ambiente se torne cada vez mais atuante na perspectiva de garantir o interesse das comunidades locais na implantação e implementação políticas públicas voltadas ao Meio Ambiente. Faz-se necessário também a criação de uma legislação própria cobrindo as brechas que às Leis estaduais podem deixar, trazendo também aprendizagem sobre os marcos legais existentes que regem o município, principalmente no que tange a questão ambiental e sua preservação, mas principalmente a uma criação de consciência ambiental começando pela própria população.

Dessa forma o Município de Guaramiranga busca se tornar um local de referência em relação desenvolvimento sustentável, meio ambiente e preservação, com uma gestão nova e voltada para o bem estar dos nativos e preservação dos sistemas que fazem desse um local impar em meio a uma região predominantemente conhecida pela seca. Nos últimos 3 anos, o políticas vem sendo estudadas para tentar encontrar maneiras de fazer com que os projetos não fiquem só na teoria, e nos anos de 2017 e 2018, alguns avanços foram notados e parcerias foram firmadas.

O Batalhão de Polícia Ambiental foi efetivado no dia 20.08.2018 na localidade de Batalha em Guaramiranga-Ce, um Pelotão Ambiental onde policiais irão fiscalizar com maior eficiência e eficácia toda as áreas, tanto de Proteção Ambiental (APA), quanto de Preservação Permanente (APP) do Maciço de Baturité.

O Foco estará voltado para a preservação da fauna e da flora silvestre, não hesitando também nas ações de caráter ostensivo e preventivo na preservação da ordem pública em conjunto com o Núcleo da 3ªCIA/4ºBPM.

Um exemplo do grande impacto que pode ser causado no meio ambiente foi a construção de um condomínio de luxo iniciada no ano de 2008, situado a 1 km do centro da cidade, conhecido como reata, hoje condomínio monte-flor, foram construídas mais de 40 unidades residenciais, na época nenhuma fiscalização foi feita, o município não fez nada para que não ocorresse, pelo contrário fechou os olhos para tal fato, a consequência disso foram mais de 8.000 m² devastados, a fauna e flora do local expulsa de sua área, e uma população acomodada que deixou que isso acontecesse. O clima mudou, espécies foram extintas ou tiveram que se encaixar em outro local, viu-se o

poder aquisitivo se sobressaindo sobre o bem estar social e os órgãos inertes em sem ação diante de tamanha irresponsabilidade.

Propostas de zoneamento e manejo ambiental vem se tornando discussões em audiências públicas a fim de chegar a um acordo de qual a melhor maneira de fazer ou evitar que isso aconteça, e em contrapartida a gestora do município abraçou a ideia do consorcio público, que junto com outros municípios da região vão tentar investir, ao longo do ano, em educação ambiental e na construção das Centrais Municipais de Resíduos Sólidos. O primeiro passo será a implantação de ações de educação ambiental nas cidades e o início de coleta seletiva, mas também trabalharemos em cima de recuperação de áreas degradadas e projetos para resíduos sólidos, fazendo com que as políticas não só aconteçam, mas se tornem permanentes.

Mesmo com todas essas colocações temos que entender que necessitamos dos órgãos de fiscalização para que não continuem ocorrendo esses fatos, eles aliados à Gestão Municipal pode fazer com que ocorra de forma inédita uma diminuição dos fatores que levam a degradação ambiental, o que futuramente pode se estender além dos limites do Município e chegar a toda à região da APA.

Outros órgãos e parceiros que hoje podem ajudar nessa empreitada estão localizados próximo ao Município, como por exemplo, o Centro de Articulação da APA da Serra de Baturité, localizado no município de Pacoti, na localidade de Granja, com infraestrutura composta para albergar o gerente da Unidade de Conservação, setor de educação ambiental e escritório para assuntos administrativos. Conta também com um horto florestal.

O Escritório de Mulungu: localizado na sede do município, com infraestrutura composta para albergar técnicos da SEMACE em atividade na região e escritório para assuntos administrativos. Objetiva uma gestão prudente dos recursos naturais e do meio. Com esse objetivo, além da SEMACE, que gerencia a APA da Serra de Baturité, podemos destacar a parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no que se refere a fiscalização na região; a atuação da Fundação Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente – FUNDAÇÃO CEPEMA, através de práticas voltadas à educação ambiental e a implementação do Projeto Café Ecológico, que já foi inserido no mercado pela Cooperativa dos Produtores de Café do Maciço de Baturité – COMCAFÉ; a atuação da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos – AQUASIS, com o projeto de conservação do Periquito cara-suja, a presença da Associação dos

Proprietários de RPPN's do Ceará – ASA BRANCA, no apoio à criação de novas RPPN's na Serra de Baturité, o apoio do Núcleo de Iniciativas Comunitárias – NIC, com trabalhos de educação ambiental voltados para agricultura sustentável.

Além disso, devemos destacar o importante papel da sociedade civil, que participa com opiniões e ações relevantes perante a realidade. O papel da Prefeitura Municipal que segue na busca do equilíbrio entre o bem estar social, a preservação ambiental e o incentivo ao turismo; e o Conselho Consultivo da APA da Serra de Baturité junto com as associações comunitárias que seguem unidos em prol do mesmo objetivo; a preservação e diminuição da degradação da APA.

7. Conclusão

O que se mostra em teoria nas questões de fiscalização não se aplicam na prática, é necessária uma política de conscientização, tanto para denúncias, como para cobranças de ações efetivas nessa área. Políticas de Gestão voltadas à conservação ambiental, parcerias que visam à conscientização e proteção dos recursos.

Um governo mais atuante quanto às questões ambientais que busque sair das discussões com políticas socioambientais contundentes. Mesmo com novas políticas sendo trabalhadas ainda ficam lacunas para que ocorram casos de desmatamento, degradação uso dos recursos para benefício próprios e conseqüentemente um ciclo que pode não conseguir ser quebrado, mas é necessário acreditar que os investimentos em educação ambiental deem frutos e as pessoas possam entender que se continuarem com suas práticas, os impactos vão ser enormes, e em pouco tempo não haverá mais o que explorar, e nem o que desenvolver nesse local.

Leme (2010) é fatídico quando diz é fundamental contar com os municípios no protagonismo de políticas públicas ambientais, pois eles reúnem consideráveis potenciais, como pessoas, recursos e controle social. Contudo, é preciso amadurecimento no diálogo com esses atores, reconhecendo sua diversidade e suas capacidades, e, a partir delas, estabelecer as possíveis competências. Nos municípios, o envolvimento da população é algo factível, considerando a proximidade desta com os gestores. É a partir da esfera local que podem advir diversas alternativas de soluções,

não apenas para os problemas locais, mas também para a reconstrução da relação Estado, natureza e sociedade.

Portanto é imprescindível que possamos fazer nossa parte, nos engajar, conhecer e atuar como fiscais, cidadãos e protetores do nosso meio, não ficar alheios ao que acontece ao nosso redor e junto com os gestores fazer com que as leis e políticas sejam respeitadas assim estaremos dando mais um passo para construir o futuro que queremos.

8. Bibliografia

ANDRADE, Panicalli Silva; ANDRADE, Luma Nogueira de; SILVA, Francisco Edmar Sousa da. **APA da serra de Baturité**: um estudo da sustentabilidade ambiental do município de Guaramiranga através da pegada ecológica. Semana universitária – UNILAB, 2017. Disponível em: http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/gerenciar/download.php?arquivo=../submissao/trabalhos/47cc9ca221f7c75031787cd2f89f886e.pdf&novoNome=2041_APA_DA_SERRA_DE_BATURITE_UM_ESTUDO_DA_SUSTENTABILIDADE_AMBIENTAL_DO_MUNICIPIO_DE_GUARAMIRANG. Acesso em: 30\11\2017

Barros, Dalmo Arantes et al. **Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira**, Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 11 - Nº 22 - Novembro de 2012.

BASTOS, Frederico De Holanda. **Guaramiranga**: propostas de zoneamento e manejo ambiental. Universidade Federal Do Ceará - Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2005

CARLO, S. **Gestão ambiental nos municípios brasileiros**: impasses e heterogeneidade. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CEARÁ. **Decreto Nº 20.956 de 18 de setembro de 1990**, Fortaleza, CE. CEARÁ.

LEME, Tatiana Neto, **Os Municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente**, Planejamento e Políticas Públicas | ppp | n. 35 | jul./dez. 2010.

MOREIRA, Francisco Jadson Franco; BEZERRA, Ariana Rodrigues. **O problema da degradação ambiental e gestão no município de Guaramiranga– Ceará**: um olhar sobre a lei 110/2005. XIX Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, Poços de Caldas – MG, 2015.

PAGLIUCA, DANIEL. **Avaliação do marco legal da política pública de uso e ocupação do solo**: implementação de condomínios e/ou loteamentos fechados na zona rural de Guaramiranga (Ce). Universidade Federal Do Ceará - mestrado profissional em avaliação de políticas públicas. Fortaleza, 2009.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>, acessado em 27/03/2019.

SILVA, Francisco Edmar de Sousa; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; BASTOS, Frederico de Holanda. Cidades sustentáveis na APA da Serra de Baturité, Ceará: uma estratégia viável? **Novos Cadernos NAEA**, n. 1, p. 159-174, jan-abril. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité**: diagnósticos e diretrizes. Fortaleza, 1992

TEIXEIRA, Ana Lucia Gomes de Freitas. **Mudança no perfil socioeconômico e ambiental provocadas pela atividade turística no município de Guaramiranga-ce**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – 2005.

Último Segundo- iG @ Disponível
em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-15/conheca-o-historico-das-conferencias-ambientais-da-onu.html> acesso em: 10/01/2019

VALE, Victor Hugo Amancio do. **Proposta de desenvolvimento ecoturístico em Guaramiranga-ce**. Universidade Federal Do Ceará – UFC Mestrado Em Geografia, Fortaleza – Ce, 2006.

9. Anexos



Figura 1. Vista Aérea de Guaramiranga.

Fonte: TV Verdes Mares, 2015.

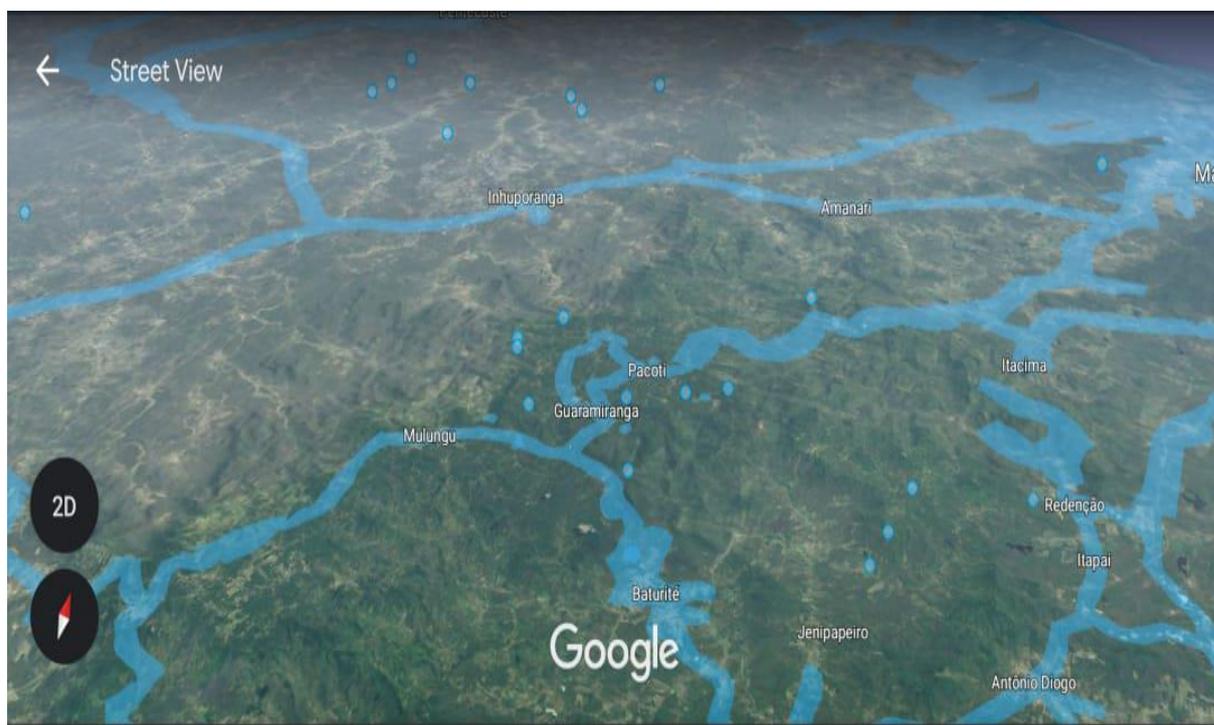


Figura 2. Vista Aérea do Maciço de Baturité.

Fonte: Google Maps, 2019.



Figura 3. APA da Serra do Maciço de Baturité.

Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 4. Vista da ocupação urbana de Guaramiranga, Ceará.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.



Figura 5. Vista de uma das várias obras em andamento no território do município no ano.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.



Figura 6. Vista de uma das várias obras em andamento no território do município no ano.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.



Figura 7. Vista do local onde seria construído o condomínio Monteflor.

Fonte: Condomínio Monteflor, 2008.



Figura 8. Vista Aérea antes da construção do Condomínio Monteflor.

Fonte: Condomínio Monteflor, 2008.



Figura 9. Vista do Condomínio Monteflor.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.



Figura 10. Vista do Condomínio Monteflor.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

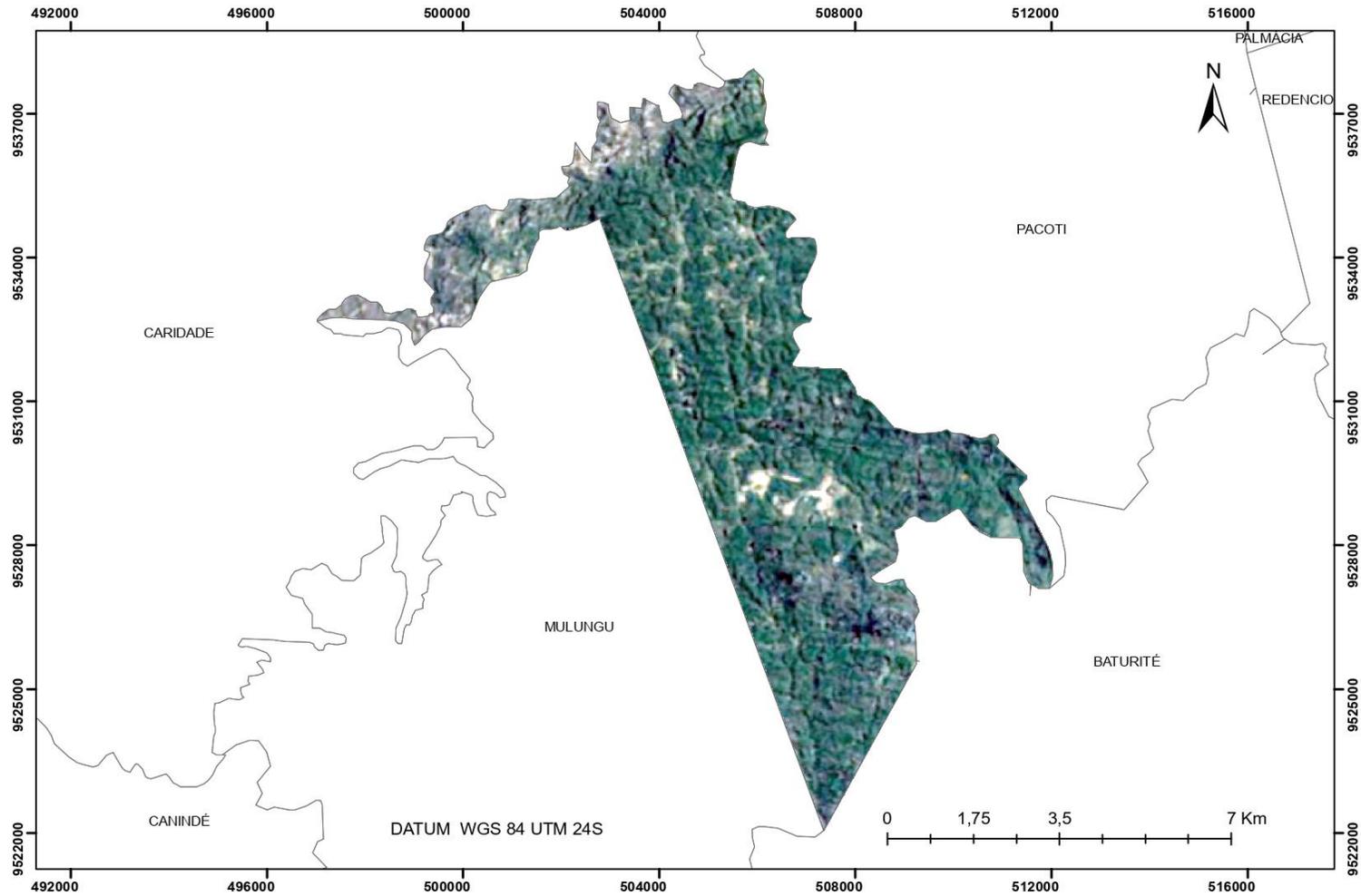


Figura 11. Mapa de Ocupação do Solo em Guaramiranga- CE (2010).

Fonte: Arquivo Pessoal, imagens do Google Earth adaptado.

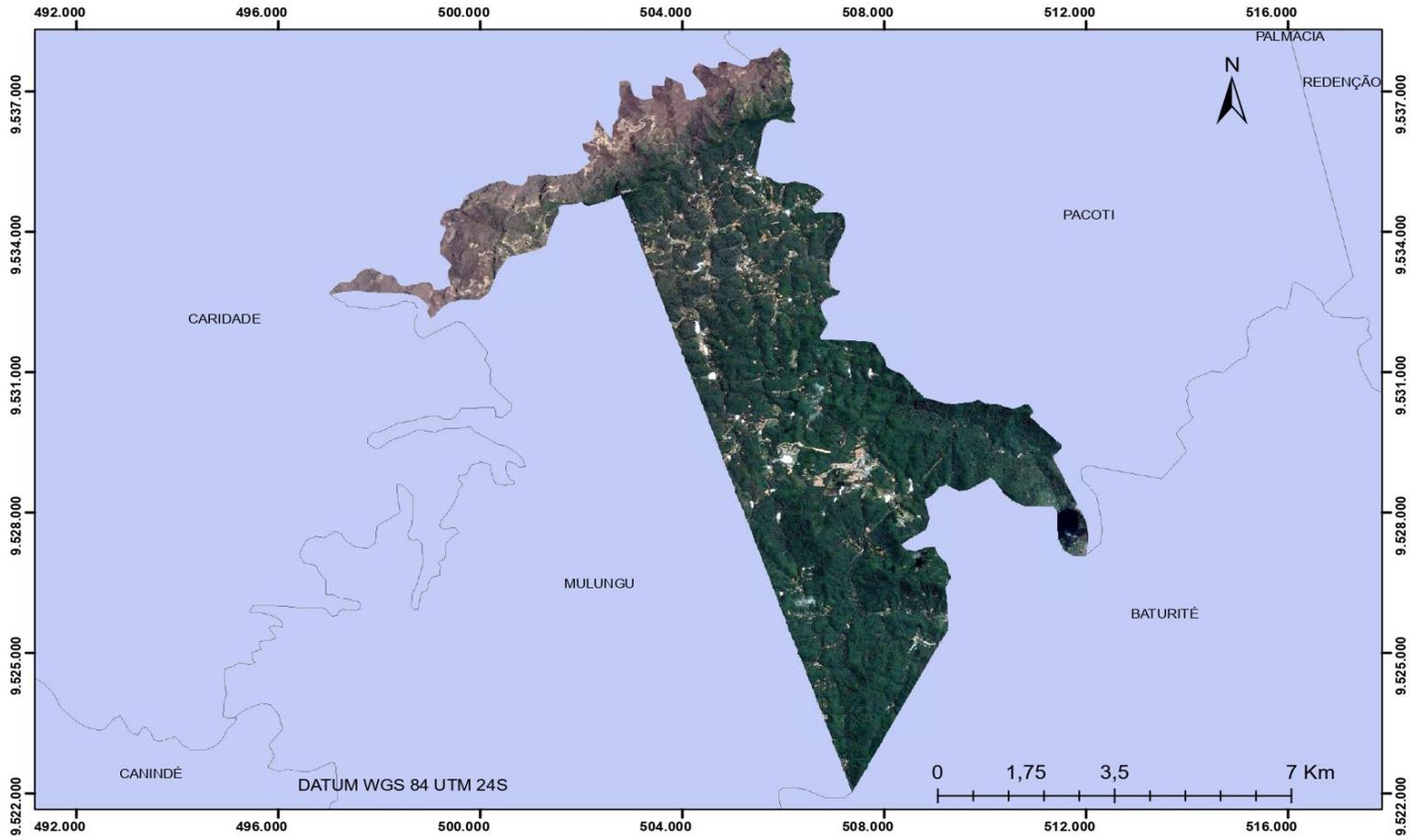


Figura 12. Mapa de Ocupação do Solo em Guaramiranga-CE (2016).

Fonte: Arquivo Pessoal, imagens do Google Earth adaptado.

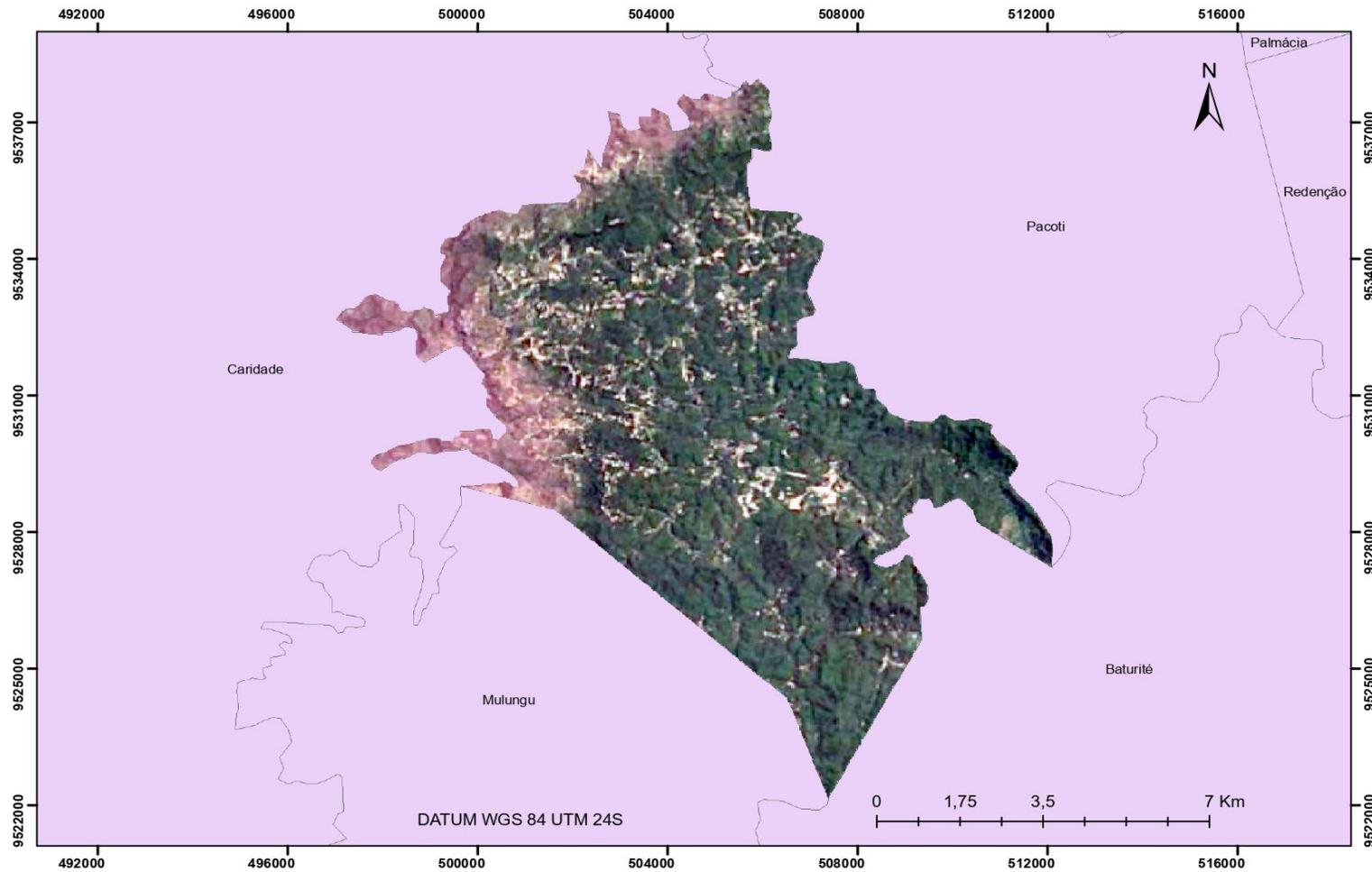


Figura 13. Mapa de Ocupação do Solo em Guaramiranga-CE (2022).

Fonte: Arquivo Pessoal, Arquivo Pessoal, imagens do Google Earth adaptado.